

Dívida Ext

Credores querem o pagamento dos juros

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Há uma profunda divergência de enfoque entre os bancos credores privados internacionais e o governo brasileiro sobre a solução para o problema da dívida externa. Os representantes dos bancos mostram-se refratários à nova postura do governo, que passou a medir a capacidade de pagamento do País em cruzeros e não mais em moeda estrangeira, e fazem entender que um novo acordo para a dívida bancária vai demandar um longo processo de negociação.

"A necessidade de economizar US\$ 4 bilhões de juros internacionais não é o ponto básico para o Brasil, mas o ponto básico é criar condições que possam atrair ao País muitos bilhões a mais em forma de capital novo", disse ontem o presidente do Citicorp, John Reed, para uma plateia atenta de representantes de instituições financeiras e poucos parlamentares, que lotavam o auditório Petrônio Portella, do Senado federal, durante o seminário "A Renegociação da Dívida Externa".

O ponto de vista do Citibank é de que a solução para o problema da dívida brasileira virá com o fluxo de novos recursos, principalmente na forma de capital de risco. Reed enfatiza que o País pode pagar o serviço da dívida externa e financiar a sua conta corrente com os ingressos que seriam registrados na conta de capital. Cria-se portanto um ciclo, na sua visão, viável desde que o pagamento dos juros seja retomado e que o País mantenha em dia suas obrigações com o exterior. O Citibank, subsidiária do Citicorp, é o principal credor privado do País.

BALANÇA COMERCIAL

O vice-chairman do Bank of Tokio (equivalente à função de vice-presidente do con-



John Reed

selho do banco), Eiichi Matsumoto, concorda com Reed, com uma ligeira diferença. Ele sugere que o País tem condições de ampliar a marca de US\$ 19 bilhões atingida em 1988 no resultado da balança comercial. "O total dos juros devidos pelo Brasil aos bancos privados estrangeiros é de aproximadamente US\$ 6 bilhões, um valor perfeitamente possível de ser honrado dentro da capacidade de pagamento do País", disse ele, deixando claro que a capacidade de pagamento deve ser mantida através do esforço comercial.

Matsumoto propõe, na verdade, um superávit em conta corrente do País, aquilo que resulta de uma diferença entre o que um país recebe liquidamente de divisas com o comércio exterior e aquilo que liquidamente remete para fora na forma de pagamento a serviços fatores e não fatores. Um superávit nesta conta nada mais significa que o País estará em grande parte financiando outros países, ao invés de receber capitais de fora. Isto é justamente o que o governo brasileiro não quer que se repita.

SUPERÁVITS COMERCIAIS

O negociador da dívida, embaixador Jório Dauster,

colocou a posição do Brasil, lembrando que nos últimos anos, desde a crise de 1982, o País viu-se compelido a gerar superávits comerciais para servir a dívida externa, com elevados custos para o ajuste interno. "Tivemos que subsidiar fortemente as exportações com incentivos, alívios nos impostos e manipulação do câmbio, enquanto do lado das importações tínhamos uma estrutura de tarifas infinita e entraves burocráticos que dificultavam o acesso de produtos estrangeiros à economia, propiciando a formação de oligopólios internos com todos os sinais que levam a um processo inflacionário", atestou ele.

METAS FISCAIS

Antes dele, o diretor da área internacional do Banco Central (BC), Antônio Cláudio Sochaczewski, já tinha afirmado de forma enfática que o governo considera inviável o atual esquema de pagamento. O problema passa a ser olhado do ponto de vista das políticas monetária e fiscal. "Não temos mais meta para o saldo comercial porque a capacidade de pagamento deixou de ser função exclusiva daquele resultado e passa a ser uma questão eminentemente fiscal", reafirmou o diretor do BC, ao apresentar à plateia os números da dívida externa que pesam na economia brasileira.

REDUÇÃO NA DÍVIDA

O presidente do Citibank acha que a visão do governo brasileiro — de que uma significativa redução da dívida é fundamental para que o País volte a crescer — "é incorreta". Sua opinião é de que o plano de estabilização introduzido no governo Collor já oferece as condições para o crescimento econômico. A questão do pagamento externo depende do acesso ao mercado internacional e isso

está diretamente ligado à retomada do pagamento dos juros. Reed chegou a comparar o Brasil com os Estados Unidos: "A situação é igual, pois os Estados Unidos têm uma dívida externa equivalente a 20% do PIB e uma dívida interna e externa de 50% do PIB, mas mesmo assim os Estados Unidos têm acesso aos capitais internacionais".

A decisão do capital estrangeiro em investir no País é variável totalmente exógena, que foge ao controle das autoridades econômicas do governo. Ninguém poderia garantir hoje quanto de novos capitais entrariam no Brasil se os juros voltassem a ser pagos em dia. Mas John Reed parece convencido de que a normalização no relacionamento do País com os bancos internacionais poderá atrair o ingresso de novos capitais no período de dois anos. O movimento dependeria da decisão de poucas pessoas. "É uma comunidade de 200 ou 300 grandes bancos e empresas que pode ser identificada facilmente", disse ele, acrescentando que essa pequena comunidade reúne no mundo os grandes bancos e seus grandes clientes e esses são, portanto, diretamente interessados nos resultados das operações de quem os financia.

Há, no entanto, interesses diversos dentro da própria comunidade bancária internacional. O vice-chairman do Bank of Tokio disse para quem pôde ouvi-lo no seminário que os bancos japoneses não vão mais colocar um único tostão no México. "O acordo mexicano envolveu um processo muito penoso e sacrificante para os bancos, e os japoneses não demonstram vontade de voltar àquele país", atestou Matsumoto, indicando que a possibilidade de reversão nesta atitude vai depender muito da efetiva capacidade de pagamento que o México vier a apresentar no futuro.